



Ata da Terceira Sessão Ordinária, da Segunda Sessão Legislativa, da Décima Legislatura, realizada nas dependências desta Casa, aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, com início às 09h15min, sob a Presidência e presença do Excelentíssimo Vereador Oslen Dias dos Santos, bem como, a **presença dos Senhores Vereadores:** Adelson da Silva Rezende, Bernardo Patrício dos Santos, Claudinei de Souza Jesus, Darli Luciano da Silva, Derci Paulo Trevisan (Pitoco), Douglas Pereira Teixeira de Carvalho, Francisca Ilmarli Teixeira, Francisco Ailton dos Santos, José Vaz Neto (Zé Eskiva), Leonice Klaus dos Santos, Marcos Roberto Menin e Reginaldo Luiz da Silva (Naldo da Pista). De princípio o Senhor Presidente cumprimentou e agradeceu à todos, logo, solicitou do Senhor Secretário a leitura da **Lista de Presença**, o qual assim o fez, seguidamente verificado o quórum e pedindo a proteção de Deus, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão. **Passando ao Expediente**, deu-se a deliberação da Ata da Sessão Anterior (2ª Sessão Ordinária), a qual, previamente encaminhada e analisada pelos edis, foi aprovada integralmente e por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou do Senhor Secretário a leitura do Ofício nº 046/2022-GP, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, de que trata de pedido de regime de tramitação de urgência especial ao Projeto de Lei nº 2.156/2022, o qual assim o fez, logo, colocando o expediente em discussão, que foi debatido pelo vereador: **Claudinei de Souza Jesus**, o qual cumprimentou e pediu a retirada do regime de urgência especial do referido projeto, onde foi feito um acordo entre as comissões que na próxima sessão ordinária será votado. Endossou que os servidores da Secretária Municipal de Educação estarão a disposição dos nobres edis na próxima sexta-feira (18/02), para sanar quaisquer dúvidas que possa advir diante da matéria ora apresentada. Ato contínuo, o Presidente informou que o regime de urgência especial foi retirado, tendo a tramitação do projeto normalmente conforme rito regimental. Diante disso pediu celeridade das comissões para deliberar essa semana para que a matéria seja votada na próxima sessão ordinária. O Senhor Presidente solicitou do Senhor Secretário a leitura

f. 1 de 21



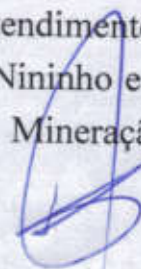


das **correspondências recebidas**, que assim o fez, a saber: Ofício Circular nº 005/2022/PG-AF, de 08 de fevereiro de 2022, da Procuradoria Jurídica do município de Alta Floresta, encaminhando em mídia digital (CD) os Decretos Municipais expedidos pelo Poder Executivo no mês de Janeiro/2022 (002/021); e Ofício nº 063/2022-DE, de 14 de fevereiro de 2022, do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Alta Floresta, de que trata de comunica a disponibilidade do Balanço Geral do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que está a disposição para exame e apreciação, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 14 de fevereiro, na sede do Instituto. Ato contínuo transcorreu a leitura das **matérias em apresentação**, a saber: Indicações nºs: 012/2022, do vereador Claudinei de Souza Jesus; 013, 014 e 015/2022, do vereador Darli Luciano da Silva; 016, 017, 019 e 020/2022, do vereador José Vaz Neto (Zé Eskiva); 021 e 022/2022, da vereadora Francisca Ilmarli Teixeira; 023, 024 e 026/2022, do vereador Douglas Pereira Teixeira de Carvalho; 025/2022 do Vereador Derci Paulo Trevisan (Pitoco); 027/2022 do Vereador Marcos Roberto Menin; e 028 e 029/2022 do Vereador Adelson da Silva Resende; Projeto de Lei nº 003/2022, do Poder Legislativo; Projeto de Lei nº 2.156/2022 do Poder Executivo; e Projeto de Decreto de Legislativo 001/2022, do Poder Legislativo. Concluída a leitura, o Senhor Presidente comunicou que as matérias ora apresentadas seriam encaminhadas conforme disposição regimental. Ato contínuo, passando ao **uso da tribuna**, o Senhor Presidente comunicou aos Senhores Vereadores que o tempo destinado a cada um seria de 6 (seis) minutos, com tolerância de 1 (um) minuto, conforme inscrição e sorteio bimestral. Assim sendo, o primeiro a utilizar a tribuna foi o vereador **José Vaz Neto (Zé Eskiva)** Que cumprimentou a todos os presentes. Comentou sobre sua indicação para sinalização de transito no bairro de Santa Maria, explicou que houve a pavimentação asfáltica no bairro a mais de um ano e não há nenhum tipo de sinalização de transito nas visas. Segundo Zé houve vários acidentes por falta de sinalização e mesmo com diversas indicações solicitando instalação, e até o momento não foi atendido. Relatou que a Secretaria de Saúde esteve nos

f. 2 de 21



últimos dias nesta Casa, apresentando os dados com as demandas da saúde municipal e solicitou aos parlamentares ajuda para com recurso através de emendas parlamentares, que assim essas demandas sejam solucionadas. Afirmou que para ser atendido via rede pública o cidadão precisa de alguém que acelere esse processo de atendimento, e que infelizmente população mais necessitada fica à mingua na fila esperando por mais de seis anos. Reafirmou que a principal bandeira de seu mandato é trabalhar contra os privilégios políticos. Finalizando fazendo mais algumas considerações. Na sequência, usou da palavra a vereadora **Francisca Ilmarli Teixeira**, Cumprimentando e cortejando a todos e todas ali presentes, solicitou da gestão pública e das secretarias que emitem respostas as proposições enviados pelos edis desta casa de leis, relatou sobre o requerimento enviado no ano anterior sobre o micro pavimento que envolve muitos recursos, e até a presente data não houve nenhuma resposta. Parabenizou o trabalho da secretaria de educação pelo retorno das aulas presenciais, porem citou as dificuldades encontradas tanto na rede municipal como na rede estadual e a falta de estrutura para que de as condições necessária para um ensino de qualidade dos alunos. Seguindo a ordem, usou da tribuna o vereador **Reginaldo Luiz da Silva (Naldo da Pista)**, Que saudou a todos. Comentou que semana passada estava no Executivo, quando recebeu uma ligação de uma senhora moradora da comunidade da Pista do Cabeça pedindo socorro, pois a ambulância da comunidade estava sem motorista, deixando o vereador em desespero, e talvez pela a demora pelo atendimento a senhora acabou falecendo. Explicou que os motoristas das zonas rurais recebem apenas um salário mínimo e precisam sempre estar apostos para atenderem uma ocorrência independente de dia ou horário, deste modo o vereador pediu que houvesse a valorização destes servidores. Falou que esteve analisando o cronograma de atendimentos médicos na zona rural, e pediu que esse cronograma fosse divulgado plenamente para que os pacientes fiquem sabendo o horário de atendimento e possam se planejar melhor. Afirmou que esteve com o Deputado Nininho e foi informado que a METAMAT – (Companhia Mato-grossenses de Mineração) recebeu as

fl. 3 de 21



perfuratrizes para a confecção de poços artesanais, e o Deputado se colocou a disposição para resolver essa problemática das comunidades rurais do município. Na mesma oportunidade com Deputado Estadual o vereador também cobrou a confecção da quadra poliesportiva da escola Boa Esperança na comunidade Ourolanda, o qual já encaminhou a documentação solicitada pelo Deputado Nininho. Finalizou fazendo mais algumas considerações. Na sequência, fez uso da palavra o vereador **Darli Luciano da Silva**, após cumprimentar e agradecer a presença de todos os vereadores, enfatizou as falas dos edis sobre a falta de respostas as proposições enviadas as secretarias, citando principalmente a Secretaria de Infraestrutura, que não estão realizando os devidos cuidados e reparos as malhas viárias. Falou que os edis não devem satisfação sobre suas particularidades, porem assim que se beneficiam de algo público para seu uso próprio, e que estão buscando documentação para que se realmente estiverem se beneficiando de tal maneira, irão entrar com ações pelo Ministério Público, com a parte o vereador Derci Paulo Trevisan (Pitoco) enfatizou que é uma denúncia preocupante e que se deve ser investigada com maior clareza, para tomar as devidas providências. Retomando o vereador comentou sobre a Perimetral Rogério Silva, relatando que após a implantação dos novos semáforos houve uma redução de 80% de acidentes naquela via. Relatou sobre a aprovação da não utilização do passaporte sanitário expôs que o estado também votou a favor da não obrigatoriedade do passaporte da vacina, e agora a UNEMAT está exigindo a carteira de vacinação, sendo assim descumprindo uma Lei tanto municipal quanto estadual. Referiu sobre as denúncias direcionadas ao Secretário de Gestão e Planejamento, senhor Robson Quintino e solicitou do mesmo que se apresentasse para realizar esclarecimentos sobre as mesmas. Realizou mais algumas ponderações. A seguir, usou da tribuna o vereador **Adelson da Silva Rezende**, Externou seus cumprimentos a todos. Agradeceu a todos que torceram pela recuperação de sua esposa, além de parabenizar sua esposa que mesmo em isolamento continuou realizando seus trabalhos, retornando a suas atividades normais no dia 4 de fevereiro. Agradeceu

fl. 4 de 21



também aos vereadores que entenderam que um dos trabalhos dos vereadores é fiscalizar. Agradece aos que votou a favor do seu requerimento referente comprovação de gastos e matérias destinados para a casa de apoio, questão essa que a população vem solicitando esclarecimento. Comentou que o ano passado foi com o ônibus da Secretaria de Saúde a Casa de apoio para analisar os processos, já que havia recebido reclamações da repartição, porem na oportunidade não encontrou nenhuma irregularidade. Afirmou que apesar da rejeição de seu Requerimento, o vereador protocolou um ofício de mesmo teor junto ao Executivo e espera que esse documento seja respondido. Parabenizou o Governador Mauro Mendes pelo investimento na infraestrutura da região em especial a ponte que liga os municípios de Paranaíta a Apiacás, porém não é só investimento, mas sim executar as manutenções das vias, pois estradas mal cuidadas geram diversos transtornos e prejuízos para a população. Sobre a fala da vereadora Ilmarli sobre a ausência de carteiras escolares, Adelson lembrou que no começo do ano passado verificou as estruturas de todos os departamentos do Executivo, e neste trabalho encontrou uma estrutura excelente de marcenaria pronta para atender essa demanda e solucionar essa problemática. Sobre a questão levantada pelo vereador Naldo sobre as ambulâncias, disse que realmente a área da saúde fica a mercê na zona rural do município e cobrou o vereador líder do prefeito que encontre uma solução para dar um melhor atendimento de a população rural nas questões de emergências. Pediu aos vereadores que busquem informações, mesmo que informalmente, para evitar desgastes desnecessários na tribuna desta Casa ou até mesmo em reuniões, pois todas as pastas devem e tem seus cronogramas de trabalhos a serem realizados. Finalizou fazendo mais alguns comentários. Seguidamente, usou da tribuna o vereador **Douglas Pereira Teixeira de Carvalho**, Cortejando a todos os presentes, relatou sobre os projetos de sua autoria que estão em tramitação, um dos quais tem como súmula estabelecer e regulamentar o Tratamento Fora de Domicílio – TFD, que é instituído pela portaria nº 55 da secretaria de assistência à saúde (Ministério da Saúde), visando garantir, através do SUS, tratamento

fl. 5 de 21



médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem por falta de condições, o qual será votado o parecer da comissão de Legislação Justiça e Redação Final, citado que o mesmo faz parte, contundo teve seu voto vencido pelos demais edis. Falou sobre os benefícios do projeto para com a sociedade, solicitando dos vereadores que votem favorável, assim como o Projeto de Lei 019/2021 que tem por súmula a redução da carga horária do servidor público municipal que seja pai ou mãe, tutor, curador ou responsável legal de portador de necessidade especial, realizando mais algumas ponderações. Seguidamente usou da palavra o vereador **Marcos Roberto Menin**, Qual externou seus cumprimentos a todos. Segundo Menin acabou de receber informações do secretário estadual de agricultura familiar o senhor Silvano Amaral a ordem de fornecimento da tão sonhada despoldadeira no valor de 250 mil reais para a associação da Vila Rural, recurso esse destinado pelo deputado federal Carlos Bezerra, deste modo a empresa tem 30 dias para entregar o equipamento. Pediu celeridade para equipe do Executivo municipal na elaboração dos processos necessários, até porque têm mais 300 mil reais para a construção do barracão que será alocado o equipamento, valor este destinado também por Carlos Bezerra. Acredita que esses investimentos serão de fundamental importância para associação elaborar suas atividades. Comentou que esteve na comunidade Pista do Cabeça para verificar as demarcações do barracão que será construído na comunidade, e acredita que logo iniciara a obra. Novamente cobrou celeridade do departamento de engenharia municipal para elaboração do projeto, pois a vários recursos a serem destinados ao município, faltando apenas os projetos dentre eles estão 4 milhões reais, ginásio de esporte para sua aplicação e reforma, melhorando muito o local para a prática de esportes. Há também o recurso de 3,5 Milhões para construção da praça da juventude; mais 3 milhões para pavimentação asfáltica do bairro Renascer, além de outras obras que precisam de pequenos detalhes a serem sanados. Se os projetos não forem protocolados na Sinfra (Secretaria Estadual de Infraestrutura) até o próximo dia 25, o município perderá mais de 10 milhões em recurso, por

fl. 6 de 21



morosidade no setor de engenharia municipal, deste modo, pediu para os secretários responsáveis darem prioridade a esses processos. Cobrou a senhora Elaine, que retorne as obras de asfalto no bairro boa nova, pois pelo planejamento a inauguração ocorrerá no final do ano. Finalizou fazendo mais algumas ponderações. Posteriormente, fez uso da tribuna a vereadora **Leonice Klaus dos Santos**, que iniciou sua fala cumprimentando a todos, disse que tem uma situação que está deixando-a muito chateada, sobre a votação contra ao requerimento que solicita informações sobre a casa de apoio durante sua gestão. Explicou que houve votos contrários, por haver necessidade de correção de detalhes. A vereadora afirmou ser a mais interessada no assunto e está disposta a mostrar que não houve irregularidades. Afirmou que não gosta que façam política encima de um assunto sério como tal propositura requerida. Comentou que falar sobre a Casa de Apoio, é motivo de felicidade, pois sempre trabalhou no local com todo empenho para ajudar as pessoas necessitadas. Neste momento a vereadora expos como era os procedimentos realizados no Executivo para aquisição de produtos na casa de apoio. Enfatizou que em momento algum entrou em suas contas dinheiro para aquisição de mercadorias. Finalizou fazendo mais algumas considerações. Na sequência, vereador **Bernardo Patrício dos Santos** o qual cumprimentou a todos os presentes. Enalteceu a vereadora Leonice, pelos seus trabalhos realizados, e pede a ela que não se preocupe a dar satisfação para pessoas más intencionadas, pois a população sabe de seus trabalhos na casa de apoio. Comentou que o prefeito Chico Gamba vem trabalhando muito para melhoraria do município. Comentou que dia 21 está marcada a licitação para a pavimentação asfáltica do bairro, onde serão construídas as casas populares. Explicou que não houve a empresa contratada para realizar as construções das casas. Comentou que esse projeto que acompanha a muito tempo é primordial a população do município, pois assim dará condições para que as 213 famílias possam ter suas moradias dignas. Citou a sua luta para a elaboração do asfalto do bairro Panorama, a aplicação de 5 milhões em asfaltos, deste modo agradeceu ao Deputado Juarez Costa, pois o

fl. 7 de 21



investimento asfaltará quase 100% do bairro. Agradeceu também ao prefeito pela luta e dedicação na execução das obras que beneficiará o bairro. Comentou que há uma Emenda do Senador Jayme Campos que será destinada a pavimentação da entrada do bairro e da rua das mangueiras. Expôs o fundamental apoio que vem recebendo do secretário estadual, o senhor Silvano Amaral, para a liberação do recurso de 3 milhões, além de outros recursos para melhoria do município. Utilizando da prerrogativa de aparte, o vereador Claudinei de Souza Jesus, explicou que Silvano Amaral, já alocou no município 580 mil reais para aquisição de um caminhão frigorífico para a associação de criadores de peixes, um projeto em andamento de implantação de energia solar na feira livre municipal no valor de 210 mil reais, dentro outros recursos espalhados pela administração municipal. Retornando, Bernardo Patrício dos Santos disse que não há dúvida que o secretário vem trabalhando em prol do município. Finalizou fazendo mais algumas considerações. A seguir, o espaço foi cedido ao vereador, e também Líder do Governo Municipal, **Claudinei de Souza Jesus**, o qual ao usar a tribuna, cumprimentou todos os presentes na sessão, em especial aos servidores do IFMT. Sem seguida mencionou sobre a viagem que fez para Cuiabá, com o diretor do IFMT em Alta Floresta, Professor Marcos, que na ocasião conseguiram a construção do bloco de zootecnia no Instituto, sendo alocados os valores pelos Deputados Neri Gueller, Juarez Costa e Rosa Neide. Mencionou também sobre a emenda de R\$ 1.000.00,00 já para o segundo semestre para construção de uma garagem para atender a demanda da unidade. Outro ponto apresentado pelo parlamentar é sobre a indagação que fizeram para o mesmo sobre a UPA no município. Esclareceu que já esta em fase final, e segundo a Secretaria Municipal de Saúde, a sua inauguração se dará no segundo semestre desse ano. A referida unida melhorará e desafogará a unidade que está localizada atrás da Praça Cívica, e ajudará muito a saúde dos cidadãos. Falou sobre o início das aulas que começou na ultima segunda-feira, porém existem algumas escolas que ainda continuam em reforma e foi feita a divisão entre reforma e alunos para que pudesse abrir o ano letivo com

f. 8 de 21



tranquilidade depois de 2 anos de pandemia e trabalho remoto. Fez menção da presença do Jornalista Dani Bueno que fez a indagação sobre o Secretário de Gestão, senhor Robson Quintino, endossando que na próxima sexta-feira (18/02) o mesmo estará à disposição para ser sabatinado sobre as denúncias que foram feitas pelo jornalista. Esclareceu que com relação à secretaria de infraestrutura, as demandas vêm sendo realizadas em tempo hábil, mesmo sabendo que nas condições que o município vem passando pelo inverno amazônico, o secretário esta se desdobrando para atender todas as solicitações, principalmente a produção agrícola da zona rural, que tem sido sua prioridade nesse momento. Outro assunto levantado pelo parlamentar foi sobre a reunião que teve com a gestão, juntamente com os Vereadores Marcos Roberto Menin e Douglas Pereira Teixeira de Carvalho sobre a agilidade dos projetos junto à prefeitura, tendo a garantia que os referidos ficarão prontos em tempo hábil para a execução dos mesmos. Mencionou sobre a emenda de R\$ 2.000.000,00 para asfaltar o bairro cidade bela onde o parlamentar necessita do projeto pronto para que seja executado. Falou sobre a iluminação do estádio de futebol a qual será de nível profissional, uma emenda do Senador Jayme Campos, anunciando que a licitação começara em fevereiro. Frisou que foi uma luta constante tanto do senador quanto do então secretário Nei, e agora a tão sonhada obra se concretizará. Falou sobre o lançamento da campanha sobre o uso correto dos equipamentos de segurança nos veículos no transporte das crianças, idealizada pelo departamento de trânsito. Seguidamente, o presidente solicitou do soberano plenário autorização para **dispensa do Intervalo Regimental**, o que foi acordado por todos os pares. **Passando a Ordem do Dia**, foram lidas e submetidas à deliberação do plenário as seguintes proposituras: 1) Parecer nº 181/2022 - Projeto de Lei nº 018/2021, de autoria vereador Douglas Pereira Teixeira de Carvalho, em regime de tramitação ordinária, que “Estabelece e regulamenta o tratamento fora de domicílio – TFD, instituído pela portaria nº 55 da Secretaria de Assistência à Saúde (Ministério da Saúde), visando garantir, através do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não



tratáveis no município de origem por falta de condições técnicas e dá outras providências”, o qual, decorrida sua leitura, foi discutido pelos seguintes Vereadores; **Francisca Ilmarli Teixeira** ao usar a tribuna a parlamentar esclareceu que enquanto relatora da referida comissão questionou com relação a esse projeto o levantamento dessa demanda junto ao município, a planilha de custo e a totalidade de despesas a qual faz referências, o mapeamento de todas essas necessidades que a saúde pública precisa estabelecer para essas pessoas, qual a disponibilidade e a capacidade financeira do município na condição de atendimento a essas pessoas. Afirma que quando não se tem essas devidas informações fica difícil trabalhar na lógica de oferecer aquilo que não se tem. **Darli Luciano da Silva** esclareceu seu voto ao autor do projeto sobre a situação da contrariedade do ordenamento jurídico, onde a comissão deu um parecer nesse sentido que a iniciativa do projeto dever ser do executivo de Alta Floresta. Em consulta com advogados especialistas em administração o referido projeto vem confrontando a lei orgânica e a constituição. Endossou que o projeto é de suma importância sendo de interesse da população, porém é necessário que o município haja nessa situação. Confirmou seu voto a favor do parecer da comissão não sendo contra o projeto, mas pela forma de tramitação do mesmo. **Douglas Pereira Teixeira de Carvalho** usou a tribuna mencionando que por ser um servidor público de carreira com mais de 15 anos de concurso, é de conhecimento de todos que a saúde pública de Alta Floresta já atende essas demandas. Segundo o parlamentar o projeto de lei é autorizar o executivo a estabelecer essas medidas que o município já faz, dando sua regulamentação. Sabe que a matéria é prerrogativa exclusiva do executivo, porém destacou que a Câmara já apresentou Projeto de Lei quando fazia convênio com IFMT, sendo aprovado por unanimidade. Por questões jurídicas o referido projeto foi vetado e conseqüentemente enviado a esta casa pelo executivo municipal. Diante disso endossou decisões do STF que demonstra que o vereador pode sim fazer projeto que gere despesa uma vez destacando sua fonte de recurso. Salientou que a responsabilidade de votar é de cada vereador e cabe a cada um a devida

n. 10 de 21



responsabilidade. **José Vaz Neto (Zé Eskiva)** mencionou que o projeto tem uma iniciativa boa que é ajudar a população, porém exemplificou que se o município quer fazer qualquer obra de infraestrutura é necessário ter responsabilidade fiscal em pagar essas despesas criadas. Mencionou que o tramite jurídico está errado e é preciso passar para população que não estão votando contra o projeto e sim pelo tramite jurídico que equivocadamente foi imposto. **Claudinei de Souza Jesus** afirmou ser de grande valia o projeto até por ter base jurídica em lei federal sendo necessário seu melhoramento, pedido este feito pela comissão. Mesmo tendo todas as intenções boas, a matéria não é concorrente e sim exclusiva do executivo municipal. Endossou que da mesma forma como foi feito do convênio do IFMT sugeriu que se faça uma indicação ao executivo que envie a esta casa o projeto no tramite legal para que os nobres edis possam aprovar. **Darli Luciano da Silva** esclareceu que o projeto precisa ser discutido porque uma vez aprovando o parecer o mesmo será arquivado. Sugeriu ao autor do projeto que faça a indicação na integra como foi feito e o executivo municipal tenha dignidade de cumprir as formalidades para fazer com que isso seja implantado no município. O Parecer nº 181/2022 foi colocado em votação, o qual foi aprovado, com votos contrários dos Vereadores; Leonice Klaus dos Santos, Derci Paulo Trevisan, Douglas Pereira Teixeira de Carvalho, Marcos Roberto Menin e Adelson da Silva Resende. O Senhor Presidente proclamou a rejeição e o arquivamento do Projeto de Lei nº 018/2021. 2) Parecer nº 182/2022 Projeto de Lei nº 019/2021, de autoria Vereador Douglas Pereira Teixeira de Carvalho, em regime de tramitação ordinária, que “Dispõe sobre a redução da carga horária do servidor público municipal que seja pai ou mãe, tutor, curador ou responsável legal de portador de necessidade especial, e dá outras providências”, a qual, decorrida sua leitura, foi colocada em discussão, e debatida pelos Vereadores: **Francisca Ilmarli Teixeira** mencionou ser de suma importância que os pais e tutores tenham de fato a redução dessa carga horária. Enfatizou que o projeto entra no mesmo mérito e condição do primeiro parecer que volta a considerar em toda essa estrutura o levantamento da demanda desses

p. 11 de 21



pais e crianças, a capacidade do atendimento dos mesmos. A liberação dos pais dentro dos órgãos da prefeitura diante do trabalho temporário ou efetivo, sendo necessário estar munidos das referidas informações para que o executivo trabalho isso e se propicie de fato essas condições. Pediu aos nobres pares que juntamente com o Vereador Douglas Pereira Teixeira de Carvalho possa buscar através do executivo a consolidação da demanda proposta. Falou que é importante observar a capacidade financeira inclusive de trabalhadores da educação que tem filhos portadores de necessidades especiais. **Darli Luciano da Silva** esclareceu o artigo 41 da lei orgânica do município, no seu parágrafo primeiro, no inciso segundo que versa “Servidor Público, seu regime jurídico, provimento de cargos, funções e empregos públicos, estabilidade e aposentadoria.” são de iniciativa privativa do prefeito municipal, por isso o parecer da comissão está correto. Endossou que o projeto de lei é de suma importância facilitando muito a situação das pessoas que tem o deficiente físico dentro de casa. Mais uma vez o projeto contraria a lei e como legisladores não podemos contrariar a Lei. **Douglas Pereira Teixeira de Carvalho** justificou aos nobres pares que pelo levantamento de pessoas que se enquadram nessa condição são poucos, por isso gerará o mínimo de despesa possível. O projeto beneficiará as pessoas que tem filhos com necessidades especiais sem gerar despesa para o município. Mencionou que entende o posicionamento de cada vereador e mais uma vez pediu o voto contrario ao parecer dos nobres edis. **Darli Luciano da Silva** entendeu as colocações do autor do projeto, porém destacou que hoje pode ser 10 servidores com essas condições, amanhã pode aumentar. Essa análise cabe ao executivo fazer e trazer a essa casa estudo de impacto. Não havendo mais discussão, O Parecer nº 182/2022 foi colocado em votação, o qual foi aprovado, com votos contrários dos Vereadores; Derci Paulo Trevisan, Douglas Pereira Teixeira de Carvalho, Marcos Roberto Menin e Adelson da Silva Resende. O Senhor Presidente proclamou a rejeição e o arquivamento do Projeto de Lei nº 019/2021. 3) Projeto de Lei nº 2.150/2022 “Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo instituto de previdência

fl. 12 de 21



dos servidores municipais de Alta Floresta – IPREAF, de autoria do Poder Executivo Municipal. O qual, decorrida sua leitura, e não havendo discussão, o Projeto de Lei Nº 2.150/2022 foi colocado em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. 4) Projeto de Lei nº 2.154/2022 “Autoriza o município de Alta Floresta a firmar convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - campus Alta Floresta, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, para viabilizar o transporte escolar de alunos da rede pública” de autoria do Poder Executivo Municipal. O qual, decorrida sua leitura, foi discutida pelos seguintes vereadores: **José Vaz Neto (Zé Eskiva)** falou da sua felicidade em fazer parte da votação do referido projeto, explicou que o projeto anterior teve muitas falhas no ordenamento jurídico e agora com o envio pelo executivo espera-se que não falte o transporte aos alunos do Instituto, por isso reforçou seu voto favorável ao projeto. **Francisca Imarli Teixeira** disse que no primeiro momento da chegada do projeto a esse parlamento foi discutido amplamente nas comissões, logo na sequência sendo aprovado e posteriormente sendo vetado pelo executivo devido o confronto no ordenamento jurídico do mesmo. Diante disso o projeto foi reenviado agora pelo executivo através do diálogo, parabenizou o IFMT que se hoje se tem uma condição e capacidade de trabalhar colocando em prática o zoneamento que partiu do próprio Instituto. Firmar o convenio é de fundamental importância para o desenvolvimento educacional, depois de firmado, buscar de fato a efetivação e o cumprimento dele. **Darli Luciano da Silva** esclareceu aos profissionais do IFMT que quando o projeto foi pra votação pela primeira vez o parlamentar foi uma das pessoas que defendeu o projeto, tendo o parecer jurídico favorável na ocasião. Indo o projeto para executivo, houve entendimento de que a tramitação estava de forma irregular, sendo de competência do executivo. Foi o único a votar contra o veto e hoje não é diferente, endossando seu voto favorável para o benefício dos alunos da instituição, onde os mesmos não podem ser penalizados por falta de transporte. **Claudinei de Souza Jesus** falou da grata satisfação em fazer parte desse projeto, onde nesse parlamento tudo se iniciou. Mencionou que o rito

fl. 13 de 21



estava errado, e agora depois de muita dialogo com o executivo o novo projeto foi enviado ao parlamento. Além de proporcionar o transporte escolar dos alunos, irá proporcionar também mais de 300 alimentações diárias aos educandos. Isso é uma grande conquista da instituição, sendo os parlamentares bastante cobrados que esse projeto fosse aprovado na câmara, disponibilizando já pra março/2022 o inicio do transporte para os educandos. Não havendo mais discussão, O Projeto de Lei nº 2.154/2022 foi colocado em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. 5) Requerimento nº005/2022 (REQUEREM, que seja oficiado o Prefeito Municipal de Alta Floresta, Sr. Valdemar Gamba (Chico Gamba), com respectivas cópias para conhecimento à Secretaria de Saúde, ao Departamento de Compras e Contabilidade, que DETERMINE o encaminhamento à apreciação desta Casa de Leis de cópia integral dos processos administrativos, contendo as respectivas solicitações de demanda, comunicação interna, empenho, liquidação, pagamento e notas fiscais, com o devido comprovante de retirada e recebimento, referente à aquisição de bens e produtos para atender os interesses da Casa de Apoio em Cuiabá, no período compreendido de janeiro de 2017 à dezembro de 2021.) de autoria dos Vereadores: Oslen Dias dos Santos (Tuti), Adelson da Silva Resende, Bernardo Patrício dos Santos, Claudinei de Souza Jesus, Darli Luciano da Silva, Douglas Pereira Teixeira de Carvalho, Francisca Ilmarli Teixeira, Francisco Ailton dos Santos, José Vaz Neto (Zé Eskiva), Marcos Roberto Menin e Reginaldo Luiz da Silva (Naldo da Pista). O qual, decorrida sua leitura, foi discutida pelos seguintes vereadores: **Leonice Klaus dos Santos** disse ser favorável ao requerimento, esclarecendo que hoje o referido documento está dentro das expectativas para ser aprovado. Esclareceu que a solicitação deve ser enviada a Secretaria Municipal de Saúde e não da Assistência Social como estava o outro documento. Esclareceu que toda duvida que paire sobre o parlamento deve ser esclarecido para não ter dúvida nenhuma. **Francisca Ilmarli Teixeira** falou que enquanto vereadora tem a prerrogativa do processo da fiscalização e acompanhamento, legislando em função do contexto da legislação e daquilo que

f. 14 de 21



demanda a capacidade e condição. Como parlamentar frisou que jamais poderia ser contra ao requerimento que traz um processo de fiscalização e apuração de fatos sejam eles desvio de finalidade ou de qualquer outra condição. Esclareceu que no requerimento anterior foi favorável, legitimando a essência desse parlamento no propósito da função que se exerce cada vereador. **Adelson da Silva Resende** em sua fala endossou a fala da oradora anterior que disse ser uma prerrogativa desse parlamento em fiscalizar, e uma vez não havendo aprovação os pares ficam em situação, segundo sua fala, “descalços”, perdendo a finalidade. Enalteceu esse novo requerimento sendo salutar sua apresentação, demonstrando assim o interesse de todos os vereadores em saber os esclarecimentos que o documento requer. Endossou que a população quer os devidos esclarecimentos das graves denúncias. Como foi reprovado o documento na sessão anterior, o parlamentar oficiou o executivo pedindo os devidos esclarecimentos e hoje o parlamento apresenta outro requerimento. Por isso frisou que os 3 documentos vêm com o mesmo propósito esclarecer para a população as denúncias sobre os gastos e demandas que foram atendidas. Não havendo mais discussão, O Requerimento nº 005/2022 foi colocado em votação, o qual foi aprovado por unanimidade 6) Requerimento nº 007/2022 (REQUEREM, que seja oficiado o Sr. Valdemar Gamba (Chico Gamba), com cópia à Secretária de Educação, Senhora Lucinéia Martins de Matos, DETERMINE o encaminhamento à apreciação desta Casa de Leis, de relação de bens patrimoniados deteriorados e inutilizados devido as atuais obras de reformas e suas condições de armazenamento dentro do âmbito escolar, no período compreendido do início das obras até à presente data) de autoria dos vereadores José Vaz Neto (Zé Eskiva) e Francisca Ilmarli Teixeira. O qual, decorrida sua leitura, foi discutida pelos seguintes vereadores: **Francisca Ilmarli Teixeira** esclareceu que a finalidade do requerimento de verificar aquilo que foi observado no interior das unidades escolares com relação a equipamentos. São vários equipamentos que se perderam, sendo dinheiro publico por isso é necessário fazer o levantamento de computadores, aparelhos

fl. 15 de 21



de ares-condicionados, lâmpadas e uma serie de outros equipamentos, mesmo que estejam deteriorados pela adversidade do tempo e acomodação. Mesmo que se tenha verba para aquisição de novos equipamentos é necessário a apuração e verificar o motivo das deteriorações. **José Vaz Neto (Zé Eskiva)** esclareceu que o requerimento pede a quantidade de objetos que foram perdidos nas reformas das unidades educacionais do município de Alta Floresta. Frisou que a comissão de educação visitou as 8 escolas municipais e pode se constatar em quase todas as unidades, uma grande perca de material escolar, como foi citado pela oradora anterior. Demonstrou tristeza por ver o descaso da gestão em dizer que não havia problema em perder esses bens, sendo para o vereador há um problema sim em perder esses bens porque o dinheiro que está sendo jogado fora é do contribuinte e do próprio parlamentar. Frisou que as reformas foram feitas de forma impensada, sem planejamento, e agora nós arcaremos com a consequência. **Adelson da Silva Resende** comungou com as palavras do vereador anterior e acrescentou que os diretores têm a responsabilidade também de zelar pelos bens móveis das referidas unidades escolares, inclusive o próprio conselho deliberativo da escola. Espera que os devidos esclarecimentos sejam encaminhados a esta casa e seus devidos planejamento das reformas. Falou que existe estrutura que faça a recuperação dos bens moveis danificados. Não havendo mais discussão, O Requerimento nº 007/2022 foi colocado em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. 7) Requerimento nº 008/2022 (REQUEREM, nos termos regimentais e Lei Orgânica Municipal, após ser consultado o Douto e Soberano Plenário, que seja oficiado a Sra. Lucinéia Martins de Matos, Secretária Municipal de Educação, convocando-a para comparecer em Sessão Ordinária, realizada semanalmente por esta Casa, e frente á tribuna, pessoalmente, prestar esclarecimentos) de autoria da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. O qual, decorrida sua leitura, foi discutida pelos seguintes vereadores: **Francisca Imarli Teixeira** disse que a partir do momento que, as comissões fazem o requerimento para que essas pessoas compareçam nesta casa é a oportunidade dos secretários de

fl. 16 de 21



prestarem esclarecimentos sobre os serviços oferecidos e executados. Quando as sessões são transmitidas quem está em casa e no trabalho também pode acompanhar e estar atento. Sabemos que nem todos podem estar ouvindo e vendo a sessão. Porém enquanto membro da comissão é preciso trazer de fato os responsáveis para aqui darem os devidos esclarecimentos, porque falando na individualidade não é o suficiente. **Darli Luciano da Silva** na oportunidade esclareceu que o requerimento por estar convocando secretário, exige-se que seja discutido determinado pontos que serão explanados pelo secretário. Ressaltou que a vinda da secretária de educação na tribuna não é no sentido de fazer questionamentos para a gestora, e sim esclarecer os pontos pré-determinado pelo documento como: a denúncia feita ao Ministério Público com relação aos Kit's escolares, onde a secretária já disse que tem a documentação anterior sobre o que foi denunciado. Outro ponto a ser esclarecido é sobre o transporte escolar de Alta Floresta, pois está com muitas dúvidas sobre o mesmo e sobre as reformas nas escolas do município. Esclareceu que não haverá feito nenhum tipo de pressão porque os temas já foram determinados, sem sabatina. **Claudinei de Souza Jesus** usou a tribuna para endossar o que vem falando anteriormente na tribuna da casa, que todo secretário está à disposição dessa casa de leis sempre. Frisou ser de grande valia o requerimento, falando que a secretária está à disposição e agora somente deve-se marcar a data que fique de comum acordo para os vereadores e a secretária. Disse que essa administração preza pela transparência em seus atos. Frisou que na ultima sessão foi indagado com relação ao Secretário de Governo Robson Quintino, e o mesmo se pôs a disposição e estará presente neste parlamento no decorrer da semana para sanar quaisquer duvidas dos parlamentares. Isso demonstra que a administração publica está de portas abertas para atender qualquer vereador como também para estar vinda a câmara para prestar qualquer esclarecimento. Não havendo mais discussão, O Requerimento nº 008/2022 foi colocado em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. 8) Indicação nº 011/2022 (INDICA ao Vereador Oslen Dias Dos Santos, Presidente da Câmara Municipal, após apreciação e

fl. 17 de 21



concordância do Soberano Plenário a necessidade do encaminhamento de normas, no sentido de afixar dispositivo na Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno, não permitindo a recondução para o mesmo cargo no processo de reeleição da Mesa Diretora desta Casa de Leis.) de autoria do Vereador **Adelson da Silva Rezende**. O qual, decorrida sua leitura, foi discutida pelos seguintes vereadores: **Adelson da Silva Resende** explicou que a referida indicação é uma continuidade do anseio da população, que nas ultimas eleições demonstrou nas urnas a referida mudança. Sendo assim frisou que a propositura vem com o propósito de oportunizar os demais vereadores que desejam ser presidente do legislativo, com uma atuação mais eficiente e com nova visão. Desta feita explicou que a democracia é balizada pelo principio da oportunidade, e espera que os demais pares possam analisar com cuidado e votar com tranquilidade. **Francisca Ilmarli Teixeira** ao usar a tribuna explicou que até votaria na referida indicação do autor, se a mesma viesse permitindo apenas uma recondução. Disse que a mesma vem de um processo democrático de gestão escolar e agora vereadora, sempre passando pelo principio da escolha e com direito a uma recondução, não consecutivamente por isso já não é principio democrático. Sendo assim ratificou que se a propositura estivesse tal conteúdo, a vereadora votaria favorável. **Marcos Roberto Menin** usou a tribuna para justificar seu voto favorável a propositura, sem ressentimentos ao atual presidente, por que isso já ocorria anteriormente e somente no mandato do então vereador Emerson Machado que a lei foi modificada para reconduzi-lo a mesa diretora. Diante disso explicou a experiência negativa com fatos que ocorrerem criando situações adversas no parlamento, exemplificando que o atual presidente foi um dos que sofreram perseguição. Exemplificou que na Assembleia Legislativa tal prática já funciona nada mais justo que colocar em prática nesse parlamento, porque não há garantia que os nobres edis sejam reconduzidos para fazer parte desse parlamento na próxima legislatura, por isso a oportunidade em aprovar tal indicação. Ressaltou que a atuação da presidência em questão sempre foi pautada pela equidade, mais acredita que oportunizar outros vereadores para

fl. 18 de 21



a presidência da casa é de grande valia para o processo democrático. **Adelson da Silva Resende** considerou as palavras da vereadora Francisca Ilmarli Teixeira, porém, frisou que tal proposta da parlamentar contraria o objeto da indicação, porque a referida proposta apresentada na tribuna não condiz com a proposta principal. Voltou a enfatizar que a recondução do mesmo, a sociedade não irá ter o prazer de poder avaliar outro gestor. **Darli Luciano da Silva** citou alguns pontos mencionados na tribuna pelos seus antecessores fazendo algumas ressalvas com relação ao vereador Marcos Roberto Menin citando alguns privilégios que os componentes da mesa têm, endossando que no mesmo não tem e não quer ter esses privilégios nem da atual presidência nem de qualquer outro presidente que vier ser eleito para o próximo biênio, onde o tratamento precisa ser isonômico com tratamento igualitário a todos. Outro ponto apresentando pelo parlamentar é a contradição do autor do requerimento quando fala em renovação, citando que na eleição da atual mesa diretora o próprio autor tinha a oportunidade de fazer a renovação e não quis, disse que o mesmo não tem mais tempo pra isso. Levantou hipótese de que a referida propositura pode ser uma maneira de desgastar os vereadores para que todos possam participar de maneira impositiva. Disse que a democracia é dar a oportunidade para todos participarem do processo inclusive dos que estão no cargo, amparados pela lei orgânica e no regimento interno. Questionou a indicação do parlamentar, sendo o a referida propositura pode ser apresentada em forma de projeto de lei citando o artigo 38 que fala que a Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal, por isso questionou o porquê não foi feito assim pelo nobre edil. Citou o artigo 143 do regimento interno que versa sobre a mesma temática acima proposta, endossando que se o parlamentar apresentar um projeto de resolução, afirma que esse sim seria o caminho da democracia. A Indicação nº 011/2022 foi colocado em votação, o qual foi rejeitado por maioria dos votos dos seguintes vereadores: Francisco Ailton dos Santos, Bernardo Patrício dos Santos, Reginaldo Luiz da Silva (Naldo da Pista), Leonice Klaus dos Santos, Francisca Ilmarli Teixeira,

fl. 19 de 21



José Vaz Neto (Zé Eskiva), Claudinei de Souza Jesus e Darli Luciano da Silva.

9) Indicação nº 018/2022 (INDICA ao Prefeito Municipal de Alta Floresta, Sr. Valdemar Gamba, após apreciação e concordância do Soberano Plenário a necessidade de elaboração e envio de projeto de lei a esta Casa, dispondo sobre o repasse de incentivo financeiro adicional aos Agentes Comunitário de Saúde – ACS e aos Agentes de Combate às Endemias – ACE) de autoria do Vereador Douglas Pereira Teixeira de Carvalho. O qual, decorrida sua leitura, foi discutida pelos seguintes vereadores: **Douglas Pereira Teixeira de Carvalho** como autor justificou a referida propositura onde explicou que Alta Floresta recebe uma verba federal denominada incentivo financeiro adicional aos ACS e ACE. Diante disso fez a indicação para que o prefeito Valdemar Gamba e sua equipe possam fazer festão para que faça o repasse da referida verba federal aos servidores. Afirmou que já conversou com o prefeito e o mesmo sinalizou que dará legalidade para estar fazendo o pagamento. Enalteceu os trabalhos desses agentes que de maneira competente exercem suas funções com presteza e dedicação, e esse adicional será para atender as condições mínimas de aquisição de EPIs e outros materiais de trabalho. **Francisca Ilmarli Teixeira** parabenizou o autor da indicação e endossou que está acompanhado e participando das tratativas acerca dessas demandas dos agentes. Mais uma vez enalteceu que esse é o caminho, que se deve trilhar para viabilizar o pagamento do recurso a esses servidores dispondo de melhores condições de trabalho. **Claudinei de Souza Jesus** parabenizou o autor da indicação dizendo que é direito dos servidores e que uma forças para que o executivo municipal possa fazer valer os direitos dos ACS e ACE. Endossou sobre o piso salarial da categoria que foi aprovado no congresso nacional e está unindo forças com o Deputado Estadual Max Russi, para que o município possa cumprir o percentual na tabela salarial desses agentes. Não havendo mais discussão, A Indicação nº 018/2022 foi colocado em votação, o qual foi **aprovado por unanimidade**. Neste intermédio, registram-se analogicamente a dispensa regimental de Redação Final dos Projetos de Leis nºs 2.150 e 2.154/2022 do Poder Executivo Municipal, considerando não haver

fl. 20 de 21



nenhuma impropriedade linguística, obscuridade ou contradição. Concluída a pauta e **não havendo pedido de explicações pessoais**, o Senhor Presidente comunicou que a ata desta sessão seria redigida e deliberada conforme disposição regimental. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a proteção de Deus e a presença de todos, às 11h30min o Senhor Presidente declarou encerrada a presente Sessão, e eu, **Max Douglas Silva Fonseca**, Secretário de Divisão Parlamentar, lavrei e digitei a presente ata, que após lida e achada conforme, vai por mim subscrita, deliberada, autografada e assinada pelos membros da Mesa Diretora e demais Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em discussão e votação
na Sessão **ORDINÁRIA**.

de 2/2 FEV/2022
Mesa Diretora